

21.5.2013

B7-0198/8

Alteração 8
Franziska Keller
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
David Martin, Vital Moreira
em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução
Citação 5-A (nova)

Proposta de resolução

Alteração

*– Tendo em conta Regulamento (UE) n.º
978/2012 do Conselho, de 25 de outubro
de 2012¹ que aplica as preferências
pautais generalizadas a partir de 1 de
Janeiro de 2014,*

¹ *JO L 303, 31.10.2012, p. 1.*

Or. en

21.5.2013

B7-0198/9

Alteração 9

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional

sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

Citação 6-A (nova)

Proposta de resolução

Alteração

*- Tendo em conta a Estratégia Comum
Mianmar/OIT para a eliminação dos
trabalhos forçados até 31 de dezembro de
2015, como aprovada pelas autoridades
birmanesas em 5 de julho de 2012;*

Or. en

21.5.2013

B7-0198/10

Alteração 10
Franziska Keller
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
David Martin, Vital Moreira
em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução
Citação 8

Proposta de resolução

– Tendo em conta o relatório do Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos na Birmânia/Mianmar, de **25 de setembro de 2012**,

Alteração

– Tendo em conta o relatório do Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos na Birmânia/Mianmar, de **6 de março de 2013**,

Or. en

21.5.2013

B7-0198/11

Alteração 11

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional

sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

Considerando A

Proposta de resolução

A. Considerando que a situação dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia é ainda precária apesar das medidas tomadas pelo governo do Presidente Thein Sein;

Alteração

A. Considerando que a situação dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia é ainda precária *e preocupante* apesar das medidas tomadas pelo governo do Presidente Thein Sein;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/12

Alteração 12

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional

sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

Considerando E

Proposta de resolução

E. Considerando que, segundo as estimativas da OIT, existem ainda cerca de 5000 crianças-soldados em Birmânia/Mianmar;

Alteração

E. Considerando que, segundo as estimativas da OIT, ***as práticas de trabalhos forçados continuam e*** existem ainda cerca de 5000 crianças-soldados em Mianmar/Birmânia;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/13

Alteração 13

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional

sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução

Alteração

F-A. Considerando que em março de 2013 o Conselho dos Direitos do Homem da ONU adotou uma resolução sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar, que acolheu favoravelmente a continuação das evoluções positivas neste país, tendo, contudo, expresso preocupações acerca de uma ampla gama de violações remanescentes dos direitos humanos e do Direito Humanitário Internacional, exprimindo também profunda preocupação com a situação nos Estados de Rakhine e Kachin; considerando que esta resolução foi apresentada pela UE e adotada por consenso integral;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/14

Alteração 14

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional

sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

Considerando F-B (novo)

Proposta de resolução

Alteração

F-B. Considerando que fontes credíveis estão a acusar o Governo birmanês de se dedicar a uma campanha de limpeza étnica e de perpetrar crimes contra a humanidade contra os Rohingya, que levaram a que o Estado de Rakhine se tornasse largamente segregado segundo linhas religiosas;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/15

Alteração 15
Franziska Keller
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
David Martin, Vital Moreira
em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução
Considerando F-C (novo)

Proposta de resolução

Alteração

F-C. Considerando que cerca de 130.000 Rohingya deslocados em campos e outras zonas, viram ser-lhes negado o acesso a ajuda humanitária e a liberdade de circulação, e continuam a sofrer de persistentes perseguições; considerando que muitos deles estão confinados a zonas de cheias habituais em que enfrentam um desastre humanitário tendo em conta a estação das chuvas vindoura e a ameaça de ciclones;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/16

Alteração 16
Franziska Keller
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
David Martin, Vital Moreira
em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução
Considerando F-D (novo)

Proposta de resolução

Alteração

F-D. Considerando que dezenas de milhares de Rohingya fugiram do país pelo mar, desde junho, na esperança de atingir o Bangladesh, a Malásia ou a Tailândia, e considerando que centenas perderam a vida em barcos que se afundaram ou ao serem empurrados de novo para o mar;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/17

Alteração 17
Franziska Keller
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
David Martin, Vital Moreira
em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução
Considerando F-E (novo)

Proposta de resolução

Alteração

F-E. Considerando que, nos termos do Regulamento n.º 732/2008, as disposições sobre preferências pautais generalizadas podem ser retiradas com fundamento em violação sistemática dos princípios estabelecidos em 16 convenções fundamentais de direitos humanos e de direito de trabalho, com base nas conclusões dos organismos de monitorização relevantes; considerando que Mianmar não é parte em 12 dessas 16 convenções; considerando que o registo de Mianmar tratando-se da ratificação destes instrumentos fundamentais está entre os mais baixos do mundo; considerando que a UE não pode basear-se nas conclusões dos organismos de monitorização relevantes dessas convenções se Mianmar não for parte nas mesmas;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/18

Alteração 18
Franziska Keller
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
David Martin, Vital Moreira
em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução
Considerando F-F (novo)

Proposta de resolução

Alteração

F-F. Considerando que em 2 de maio de 2013 o Presidente dos Estados Unidos Obama prorrogou por mais um ano a Lei das Emergências Nacionais, que proíbe as empresas e as pessoas singulares dos EUA de investirem ou realizarem negócios com nacionais de Mianmar que tenham estado implicados na repressão contra o movimento democrático desde meados dos anos 90; considerando que na sua carta ao Congresso de 2 de maio de 2013 explicando essa decisão, o Presidente Obama declarou que "apesar dos grandes progressos que a Birmânia fez nos seus esforços de reforma, a situação no país continua a constituir uma ameaça inabitual e extraordinária para a segurança nacional e a política externa dos Estados Unidos;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/19

Alteração 19

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

N.º 1

Proposta de resolução

1. Reconhece as medidas significativas tomadas no ano passado pelo Presidente Thein Sein e por outros reformadores em Mianmar/Birmânia, que após 48 anos de regime militar iniciaram uma nova era, levando a Comissão Europeia a propor o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às Preferências Pautais Generalizadas (SPG); encoraja os a prosseguirem com urgência este processo, com vista a que a total democratização, a consolidação do Estado de Direito, bem como o respeito pela totalidade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, se tornem permanentes e irreversíveis;

Alteração

1. Reconhece as medidas significativas tomadas no ano passado pelo Presidente Thein Sein e por outros reformadores em Mianmar/Birmânia, que após 48 anos de regime militar iniciaram uma nova era, levando a Comissão Europeia a propor o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às Preferências Pautais Generalizadas (SPG); encoraja os a prosseguirem com urgência este processo, com vista a que a total democratização, a consolidação do Estado de Direito, bem como o respeito pela totalidade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, se tornem permanentes e irreversíveis; ***apela às instituições da UE para que tenham em conta a lista de questões a seguir antes de alargarem os seus compromissos para com a Birmânia:***

As questões relativas ao respeito, por parte das autoridades de Mianmar, de princípios fundamentais estabelecidos nas Convenções da ONU/OIT enumeradas na Parte A do Anexo III do Regulamento sobre Preferências Pautais Generalizadas (Regulamento (CE) n.º 978/2012;

1. Libertação de todos os presos políticos sem demora e sem condições e com restauração plena dos seus direitos e

AM\937064PT.doc

PE509.830v01-00

liberdades;

2. Medidas tomadas para pôr termo à discriminação, às violações dos direitos humanos, à violência, às deslocações e às privações económicas que afetem pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas ou linguísticas;

3. Medidas para melhorar significativamente a situação da minoria Rohingya no Estado de Rakhine e condução de uma investigação imparcial dos actos de violência em junho e outubro de 2012, e responsabilização dos seus autores: a alteração das disposições legislativas e administrativas/regulamentares que negam aos Rohingya, inter alia, o direito a registarem os seus nascimentos, a possibilidade de casarem, a liberdade de circulação e o direito a uma nacionalidade, nomeadamente através da revisão da Lei da Cidadania de 1982 em conformidade com as normas internacionais;

4. Concessão de acesso irrestrito das agências da ONU e outras agências humanitárias a todas as pessoas necessitadas em zonas étnicas, incluindo nos Estados de Rakhine e Kachin;

5. Progressos tangíveis nas conversações de paz com os grupos étnicos, tendo em vista alcançar uma solução política duradoura para os conflitos e a reconciliação nacional;

6. Adoção de uma lei de reforma profunda dos meios de comunicação, que permita meios de comunicação livres e independentes;

7. Defesa da liberdade de associação e reunião, incluindo a revisão da lei sobre as reuniões públicas em conformidade com as normas internacionais;

8. Assegurar a segurança e a liberdade

dos defensores dos direitos humanos na prossecução das suas atividades;

9. Implementação efetiva dos planos de ação Myanmar – OIT sobre a erradicação do trabalho forçado até 2015;

10. Pôr termo ao recrutamento forçado e à utilização de crianças pelas Forças Armadas de Myanmar, incluindo as forças de Guarda das Fronteiras, e implementação do Plano de Ação sobre as crianças-soldado assinado com as Nações Unidas em 2012;

Medidas tomadas para combater o confisco de terras e as expulsões forçadas, incluindo através de legislação, o que inclui compromissos no sentido de evitar as deslocações sempre que possível, de evitar expulsões forçadas, antecipar e evitar impactos sociais e económicos adversos, prever a compensação pela perda de património, reinstalar adequadamente as pessoas deslocadas em consulta e com a participação dos deslocados, restaurar e melhorar as condições de vida perdidas, e prever alojamento adequado e segurança de residência para os deslocados, revisão da lei das terras agrícolas e da lei sobre a gestão das terras não-ocupadas, em pousio e virgens, prevendo o acesso a recursos judiciais para as vítimas da posse indevida de terras, o desenvolvimento de um procedimento justo, imparcial e transparente para tratar das reivindicações relativas à terra e introdução de um procedimento para criar títulos relativos a terras que acomodem formas tradicionais de propriedade e utilização da terra;

12. Revisão do quadro eleitoral em conformidade com as normas internacionais;

13. Adoção de legislação que estabeleça uma Comissão Nacional dos Direitos

*Humanos de Myanmar em conformidade
com os Princípios de Paris;*

Or. en

21.5.2013

B7-0198/20

Alteração 20
Franziska Keller
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
David Martin, Vital Moreira
em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução

Alteração

2. Exorta ao prosseguimento e à intensificação das conversações de paz com os grupos étnicos, sobretudo os kachin, **e insta** ao fim da repressão contra os rohingyas, **a quem são ainda negados os direitos de cidadania;**

2. Apela a progressos tangíveis nas conversações de paz com os grupos étnicos, sobretudo os kachin, **tendo em vista alcançar uma solução política duradoura para os conflitos e a reconciliação nacional; apela a medidas resolutas das autoridades para proteger os Rohingya e os deslocados de abusos e das cheias, garantir o acesso à ajuda e liberdade de circulação;** defende, além disso, o fim a repressão contra os rohingyas, **incluindo através da revisão da Lei da Cidadania de 1982; apela às autoridades de Mianmar para que assegurem que os autores dos crimes cometidos contra os Rohingya em junho e outubro de 2012 sejam responsabilizados pelas suas ações, para que aceitem o estabelecimento de uma comissão internacional independente para investigar alegações de limpeza étnica e crimes contra a humanidade no Estado de Rakhine, para localizar as vítimas, e para as compensar;**

Or. en

AM\937064PT.doc

PE509.830v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

21.5.2013

B7-0198/21

Alteração 21

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

N.º 3

Proposta de resolução

3. Convida o Governo de Birmânia/Mianmar a aderir aos princípios da boa governação e a libertar sem demora e sem condições todos os presos políticos restantes; convida além disso o Governo a assegurar o respeito pela liberdade de opinião e expressão, de reunião e de associação, e a *prosseguir a cooperação próxima com organizações como a OIT, a fim de erradicar o trabalho forçado e assegurar que a execução das leis sobre organizações de trabalhadores e manifestações e reuniões pacíficas é coerente com as normas internacionais de direitos humanos;*

Alteração

3. Convida o Governo de Birmânia/Mianmar a aderir aos princípios da boa governação e a libertar sem demora e sem condições todos os presos políticos restantes; convida além disso o Governo a assegurar o respeito pela liberdade de opinião e expressão, de reunião e de associação, *e a garantir a segurança e liberdade dos defensores dos direitos humanos na prossecução das suas atividades; sublinha a importância da adoção de legislação que estabeleça uma Comissão Nacional dos Direitos Humanos de Mianmar em conformidade com os Princípios de Paris;*

Or. en

21.5.2013

B7-0198/22

Alteração 22

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

B7-0198/2013

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

Proposta de resolução

N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução

Alteração

3-A. Convida além disso o Governo da Birmânia a implementar o seu Plano de Ação Comum com a OIT sobre a erradicação dos trabalhos forçados até 31 de dezembro de 2015 e a prosseguir a cooperação próxima com organizações como a OIT, a fim de erradicar o trabalho forçado e assegurar que a execução das leis sobre organizações de trabalhadores e manifestações e reuniões pacíficas seja coerente com as normas internacionais de direitos humanos;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/23

Alteração 23

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional
sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais
generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

N.º 7

Proposta de resolução

7. Exorta o Governo de Birmânia/Mianmar a **garantir a proteção** dos agricultores e das comunidades **contra o confisco de terras e as expulsões forçadas, em conformidade com as normas internacionais, e observa com preocupação que** a Constituição, a Lei dos Solos Agrícolas e a Lei da Gestão das Terras Virgens **autorizam** o governo a confiscar terras para qualquer projeto que considere de "interesse nacional", bem como a usar todos os terrenos "baldios"; assinala que os terrenos baldios se encontram, em alguns casos, ocupados e permitem o sustento das comunidades; observa ainda que empresários bem relacionados estão a utilizar a lei para registarem esses terrenos em seu nome;

Alteração

7. Exorta o Governo de Birmânia/Mianmar a **enfrentar o grave problema da expropriação de terras e da expulsão forçada** dos agricultores e das comunidades; **manifesta a sua preocupação por** a Constituição, a Lei dos Solos Agrícolas e a Lei da Gestão das Terras Virgens **autorizarem** o governo a confiscar terras para qualquer projeto que considere de "interesse nacional", bem como a usar todos os terrenos "baldios"; assinala que os terrenos baldios se encontram, em alguns casos, ocupados e permitem o sustento das comunidades **defende que ambas as leis sejam revistas em conformidade com as normas internacionais**; observa ainda que empresários bem relacionados estão a utilizar a lei para registarem esses terrenos em seu nome; **apela ao governo da Birmânia/Mianmar para que introduza legislação sobre direitos relativos à terra que respeite as normas internacionais**;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/24

Alteração 24

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional

sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução

Alteração

17-A. Solicita à Comissão que, quando apresentar ao Parlamento e ao Conselho um ato delegado para a continuação das preferências pautais generalizadas para Mianmar após 1 de janeiro de 2014 nos termos do Regulamento (CE) n.º 978/2012 inclua, como requisito prévio, um relatório de acompanhamento que demonstre a ausência de violações graves e sistemáticas dos princípios estabelecidos nas convenções enumeradas na Parte A do Anexo VIII a esse regulamento; solicita à Comissão que preste especial atenção às questões enumeradas nesse anexo quando elaborar o relatório; insta a Comissão a encorajar as autoridades de Mianmar a aderirem às convenções fundamentais de direitos humanos e de direito do trabalho mencionadas no anexo ao regulamento sobre preferências pautais generalizadas;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/25

Alteração 25

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional

sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

N.º 18-A (novo)

Proposta de resolução

Alteração

18-A. Espera que o SEAE consulte o Parlamento e o mantenha informado acerca do processo de estabelecimento de um diálogo de direitos humanos com a Birmânia/Mianmar;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/26

Alteração 26

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

B7-0198/2013

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional

sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais generalizadas

Proposta de resolução

N.º 18-B (novo)

Proposta de resolução

Alteração

18-B. Solicita à Comissão que avalie de maneira efetiva e complete o impacto sobre os direitos humanos do previsto acordo bilateral de investimento antes de formular a sua proposta de diretrizes de negociação, e de consultar estreitamente o Parlamento e a sociedade civil nesse processo;

Or. en

21.5.2013

B7-0198/27

Alteração 27

Franziska Keller

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

David Martin, Vital Moreira

em nome da Comissão do Comércio Internacional

sobre o restabelecimento do acesso de Mianmar/Birmânia às preferências pautais generalizadas

B7-0198/2013

Proposta de resolução

N.º 18-C (novo)

Proposta de resolução

Alteração

18-C. Apela a que seja incluída na Task Force UE-Birmânia a lançar ainda este ano uma forte e visível componente da sociedade civil;

Or. en